



Educação: Políticas, Estrutura e Organização 4

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

 **Atena**
Editora
Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização**
4

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 4 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 4)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-305-7

DOI 10.22533/at.ed.057190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 4” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007).

O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular.

A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
AS MARCAS DOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS E AS TEORIAS DA APRENDIZAGEM EM UMA PRÁTICA DE ENSINO PROFISSIONAL	
Calinca Jordânia Pergher Lucas Billo Dias Thamille Pereira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903041	
CAPÍTULO 2	11
AS ORIENTAÇÕES TÉCNICAS QUE NORMATIZAM SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM MEDIDA PROTETIVA NO BRASIL E O DIREITO À EDUCAÇÃO DOS/AS ACOLHIDOS/AS	
Daiane Lins da Silva Firino	
DOI 10.22533/at.ed.0571903042	
CAPÍTULO 3	23
AS POLÍTICAS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DIDÁTICA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NO COTIDIANO ESCOLAR	
Valdir Avelino de Paiva Luandson Luis da Silva Joel Nunes de Farias Elaine Cristina Meireles Silva Marizete Soares de Oliveira Santos Hosana Souza de Farias Aldair Viana Silva de Alcaniz	
DOI 10.22533/at.ed.0571903043	
CAPÍTULO 4	32
AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS E A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NAS CONCEPÇÕES NEOLIBERAIS	
Luandson Luis da Silva Joel Nunes de Farias Valdir Avelino de Paiva Elaine Cristina Meireles Silva Aldair Viana Silva de Alcaniz Marizete Soares de Oliveira Santos Hosana Souza de Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903044	
CAPÍTULO 5	42
AS REDES SOCIAIS VIRTUAIS E A EDUCAÇÃO PARTICIPATIVA UMA VISÃO DA ESCOLA CONTEMPORÂNEA	
Isis Nalba Albuquerque Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.0571903045	

CAPÍTULO 6	49
AS TECNOLOGIAS DIGITAIS DA EDUCAÇÃO COMO METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM, NA ALFABETIZAÇÃO INFANTIL: O USO DO APLICATIVO “SILABANDO”, COMO RECURSO DIDÁTICO	
Mariana Oliveira de Oliveira Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias	
DOI 10.22533/at.ed.0571903046	
CAPÍTULO 7	64
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE O USO DAS TECNOLOGIAS ASSISTIVAS	
Andreia Valeriano Figueredo Leandro Edilene Cristiano de Figueredo Valeriano Giovani Mendonça Lunardi Eliane Pozzebon	
DOI 10.22533/at.ed.0571903047	
CAPÍTULO 8	73
ATIVIDADES AQUÁTICAS E SEUS BENEFÍCIOS PARA CRIANÇAS COM AUTISMO: REVISÃO SISTEMÁTICA	
Weslley Alex da Silva Dionísio Mylli Ketwilly Ferreira dos Santos Amanda Aparecida de Lima Adriano Florêncio da Silva Pedro Lucena de Paula Carolina Lourenço Reis Quedas Dayana da Silva Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0571903048	
CAPÍTULO 9	85
ATIVIDADES RECREATIVAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM UMA ESCOLA PÚBLICA	
Evandro Jorge Souza Ribeiro Cabo Verde Lionela da Silva Corrêa Francianne Farias dos Santos João Otacilio Libardoni dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0571903049	
CAPÍTULO 10	97
AULAS PRÁTICAS COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NOS CONTEÚDOS DE DENSIDADE E MISTURAS	
João Victor Odilon da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030410	
CAPÍTULO 11	104
AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ONLINE UTILIZADA EM AULAS PRESENCIAIS	
Daniela Veiga de Oliveira Najla Fouad Saghie Tiago Nascimento de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.05719030411	

CAPÍTULO 12 113

AVALIAÇÃO DA CONCEPÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE “LIXO” E “RESÍDUO” EM UMA ESCOLA DE REFERÊNCIA DA CIDADE DE VERTENTES/PE

Euarda do Nascimento Serra Sêca
Paloma Lourenço Silveira de Araújo
Juliana Thais da Silva Amaral
Ana Paula Freitas da Silva

DOI 10.22533/at.ed.05719030412

CAPÍTULO 13 124

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Cláudia Costa dos Santos
Camyla Silva da Costa
Ronaldo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.05719030413

CAPÍTULO 14 134

AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DO ENSINO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO (ADEPE), UMA EXPERIÊNCIA INICIAL

Gresiel Ramos de Carvalho Souza

DOI 10.22533/at.ed.05719030414

CAPÍTULO 15 143

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ESCOLARES DOS ANOS FINAIS SOBRE A COLETA SELETIVA DE LIXO

Tamiris Alves Rocha
Dayane de Melo Barros
Marllyn Marques da Silva
Cristiane Maria da Conceição
Gilvania Luana da Rocha Silva Neves
Gerliny Bezerra de Oliveira
Jardielle de Lemos Silva
Danielle Feijó de Moura

DOI 10.22533/at.ed.05719030415

CAPÍTULO 16 149

AVALIAÇÃO ESCOLAR EM GRUPOS INTERATIVOS: UM ESTUDO TEÓRICO DE PRÁTICAS NO ENSINO DE CIÊNCIAS NOS ÚLTIMOS ANOS

José dos Santos Ferreira
Leonardo Alcântara Alves

DOI 10.22533/at.ed.05719030416

CAPÍTULO 17 162

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: O QUE DIZEM OS GESTORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS COM OS MELHORES RESULTADOS NO MUNICÍPIO DE CORURUPE/ALAGOAS

Jucicleide Gomes Acioli

DOI 10.22533/at.ed.05719030417

CAPÍTULO 18	173
AVALIAÇÃO, REPETÊNCIA E JUÍZO PROFESSORAL: UM DIÁLOGO QUALI-QUANTI	
Maria de Lourdes Sá Earp Glauco da Silva Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.05719030418	
CAPÍTULO 19	188
AVALIAÇÃO: PARA QUE TE QUERO? UM OLHAR VOLTADO PARA ALÉM DO EDUCAR E CUIDAR	
Aline Dias Nascimento Rita de Cássia M. O. André	
DOI 10.22533/at.ed.05719030419	
CAPÍTULO 20	197
BIOMASSA DE BANANA VERDE: CONSTRUÇÃO DE UMA CARTILHA EDUCATIVA COMO FERRAMENTA DE APOIO AO PRODUTOR RURAL	
Bárbara Jardim Mariano Suzete Maria Micas Jardim Albieri	
DOI 10.22533/at.ed.05719030420	
CAPÍTULO 21	202
BIOTECNOLOGIA: UTILIZAÇÃO DE MICRORGANISMOS PARA O PROCESSO DE BIORREMEDIAÇÃO EM AMBIENTES CONTAMINADOS - PERSPECTIVAS TECNOLÓGICAS	
Emília Mendes da Silva Santos Isabela Regina Alvares da Silva Lira Ariosto Afonso de Moraes Adriene Siqueira de Melo Maria Gracielly Lacerda de Abrantes	
DOI 10.22533/at.ed.05719030421	
CAPÍTULO 22	208
BRASIL – MOÇAMBIQUE, AFIRMANDO SINERGIA E RECONSTRUINDO IDENTIDADES PELA EXPERIÊNCIA DE EXTENSÃO INTERNACIONAL ENTRE A UFRN E A UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA DE MOÇAMBIQUE	
Marília do Vale Góis Pacheco Medeiros Adir Luiz Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030422	
CAPÍTULO 23	219
BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E SUA EVOLUÇÃO ATÉ A EAD	
Joel Nunes de Farias Luandson Luis da Silva Valdir Avelino de Paiva Hosana Souza de Farias Elaine Cristina Meireles Silva Aldair Viana Silva de Alcaniz Marizete Soares de Oliveira Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05719030423	

CAPÍTULO 24	231
CAMINHOS DA HISTÓRIA 2.0: UMA PROPOSTA DE USO DE JOGOS DIGITAIS NA SALA DE AULA	
Adriano Miranda dos Santos André Luiz Andrade Rezende Cíntia Damasceno Farias Mariana Oliveira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.05719030424	
CAPÍTULO 25	240
CANTO DE MURO: UMA ABORDAGEM DE INVESTIGAÇÃO ZOOLOGICA NA OBRA DE CÂMARA CASCUDO	
Bruno de Paiva Rêgo Elineí Araújo-de-Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.05719030425	
CAPÍTULO 26	251
CARACTERIZAÇÃO DA INTELIGÊNCIA LÓGICO-MATEMÁTICA DOS ALUNOS DO IFRN <i>CAMPUS-MACAU</i>	
Marfisa Hyanchelle Cortez Costa Josivan Bonifácio Rocha de Almeida Micleydson Batista dos Santos João Batista Gomes Moreira Liliane Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.05719030426	
CAPÍTULO 27	264
CASAS GAYS E FAMÍLIAS TRADICIONAIS: CONCEPÇÕES HISTÓRICO-EDUCATIVAS E DISCURSOS EXCLUDENTES	
Robson José de Oliveira Brito	
DOI 10.22533/at.ed.05719030427	
CAPÍTULO 28	273
COLEÇÕES BIOLÓGICAS: ALTERNATIVA PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DO ENSINO DE BOTÂNICA	
Nadja Larice Simão de Lacerda Rivete Silva Lima	
DOI 10.22533/at.ed.05719030428	
CAPÍTULO 29	280
COMO SUPERAR AS DIFICULDADES DO ENSINO DE FÍSICA CONTEMPORÂNEO POR MEIO DE MÉTODOS DIFERENCIADOS	
Daiane Maria Medeiros da Silva Hérika Rafaella Soares da Silva Ana Maria Torres da Silva Regiane Marta Cassimiro de Farias Lidiane Maria Omena Silva Leão	
DOI 10.22533/at.ed.05719030429	

CAPÍTULO 30 287

COMPARAÇÃO ENTRE AS PROVAS DO ENADE 2005 E 2008 DO GRUPO I:
COMPOSIÇÃO DAS HABILIDADES PELA TEORIA C.H.C

Andreia Silva da Mata

DOI 10.22533/at.ed.05719030430

CAPÍTULO 31 297

CONFRONTANDO AVALIAÇÕES SOB UMA VISÃO MULTICULTURAL:
EXPANDINDO PRÁTICAS QUE ELEVAM O CONHECIMENTO, NÃO QUE O
BLOQUEIAM

Aldnir Farias da Silva Leão

DOI 10.22533/at.ed.05719030431

SOBRE A ORGANIZADORA..... 304

AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Cláudia Costa dos Santos

Doutoranda em Ciências da Educação pela Absolute Christian University – Flórida, EUA; Mestre em Ciências da Educação pela UNASUR-PY e Faculdade de Atenas – Programa da CAPES Minter: Universidade Aberta (UAB); Especialista em psicopedagogia pelo Inst. Superior de Educação N^a Senhora de Lurdes (ISED) BA e em Gestão da Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)-CE; Professora da Educação Básica.

Camyla Silva da Costa

Estudante de Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

Ronaldo dos Santos

Doutorando em Ciências da Educação pela Absolute Christian University – Flórida, EUA; Mestre em Ciências da Educação pela UNASUR-PY; Especialista em psicopedagogia pelo Inst. Superior de Educação N^a Senhora de Lurdes (ISED) BA; Licenciatura em História pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB);

RESUMO: A pesquisa teve como objetivo avaliar os resultados da formação continuada na prática educativa dos profissionais da educação através dos encontros de formação continuada do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um Programa do Ministério da Educação (MEC) implementado no ano de 2013 em várias escolas municipais de uma cidade

paraibana. A metodologia desta pesquisa foi desenvolvida utilizando a metodologia do tipo qualitativa e descritiva. O público pesquisado contempla professores alfabetizadores e coordenação pedagógica do PNAIC. Foi averiguado como o acompanhamento aos professores podem colaborar para avaliar se a formação continuada do Programa é eficaz no processo ensino aprendizagem? A problemática da pesquisa foi confirmada tendo em vista que, os profissionais envolvidos demonstraram durante a observação, diante de falas e ações, satisfação em participarem de mais um ano da formação continuada, classificando como ótima e reconhecendo contribuir de maneira significativa para a melhoria da sua prática enquanto professor. Nos resultados, os educadores apresentaram alguns pontos negativos e muitos pontos positivos, a exemplo da grande alegria e satisfação em participar das formações e dos conhecimentos oferecidos de forma a contribuir de maneira significativa para a melhoria da sua prática enquanto professor. Considerando que a escuta do professor é importante no processo, surge a importância da formação continuada, uma vez que, essa proporciona ao docente a oportunidade de refletir sobre sua prática pedagógica, propicia a troca de experiência, levando-o a ampliar seus horizontes e tornar as aulas mais atrativas, lúdicas e significativas, que oportunizam a

pesquisa rumo a uma educação de qualidade, tendo em vista que não existe ensino sem pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação, Formação continuada, Prática docente.

1 | INTRODUÇÃO

A formação continuada faz todo o diferencial na teoria/prática do professor, pois proporciona ao docente uma reflexão sobre seu cotidiano, que deve ser marcado pela análise diária de suas práticas pedagógicas. Para Freire (1998), a prática pedagógica dos professores é algo que exige reflexão e compreensão do fazer pedagógico crítico e autônomo, visando à formação continuada. Segundo o autor, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre sua prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica tem de ser de modo concreto que quase se confunda com a prática.

O presente trabalho fará uma avaliação dos resultados dos profissionais do magistério no processo ensino aprendizagem, através da formação continuada de um Programa do Ministério da Educação (MEC) intitulado Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), implementado no ano de 2013 em várias escolas municipais de uma cidade paraibana, onde será abordada uma visão das políticas públicas educacionais, alguns processos de avaliações utilizados nas instituições de ensino e também algumas leis e documentos oficiais que tratam do tema, a metodologia utilizada será a qualitativa e descritiva, através da observação durante as formações, nas discursões e resultados foram abordados relatos e experiências dos professores e de suas práticas educativas. Diante da problemática, como a escuta aos professores podem colaborar para avaliar se a formação continuada do Programa é eficaz no processo ensino aprendizagem? O trabalho apresentado justifica-se por sermos, respectivamente formador local e pesquisadores, do PNAIC que é um Programa das Políticas Públicas do País, assim é necessário avaliar os reflexos da formação continuada na prática pedagógica dos profissionais do magistério.

Objetivo Geral

- Avaliar os resultados da formação continuada na prática educativa dos profissionais da educação através dos encontros de formação continuada do PNAIC.

Objetivos Específicos

- Escutar os profissionais da educação, no processo ensino aprendizagem;
- Elencar os pontos positivos e negativos do ano letivo de 2017, em relação a

prática pedagógica;

- Discutir os direcionamentos da formação continuada do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), se contribuiu para melhoria e reflexão da prática pedagógica;

A troca de experiências, o aprimoramento de conhecimentos teóricos e metodológicos, a validação das práticas pedagógicas realizadas habitualmente, a proposição de atividades que possam contribuir para a melhoria da prática pedagógica e reflexão sobre o papel social do ser professor, credenciando o educador como um profissional mais dinâmico, seguro, valorizado e com metodologias renovadas, na busca por uma educação de qualidade.

2 | AVALIAÇÕES DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

A conjuntura das políticas educacionais deve ser vista como uma questão política e pública, não apenas técnica. Não pode ser apenas uma operação para equacionar tecnicamente as divergências, abafar os conflitos, homogeneizar os interesses ou camuflar as desigualdades. Ao contrário, a qualidade da avaliação se dá pela sua contribuição ao debate crítico, informando-o e melhorando-o. Os processos de avaliação começam envolvidos nas medidas políticas, com o foco de atingir os resultados almejados nas metas dos Programas Educacionais, para posteriormente ter condições para o julgamento e intervenções, tendendo a constituir um processo de negociação entre os atores envolvidos na política a ser avaliada, Rosa (2014).

Só após os anos 90, a política de avaliação da educação brasileira vem sendo estabelecida com maior ênfase. A Constituição de 1988, além de assegurar o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito, prima em garantir o “padrão de qualidade desta educação”. (MEC, 1988). A garantia do mesmo deveria ser atestada através de um sistema de avaliação externa, no caso, as avaliações em larga escala tem o propósito de reafirmar ou não um trabalho pedagógico eficaz. Ademais, os sistemas de avaliação em larga escala, na década de 90 difundem-se e passam a operar em sistemas educativos de vários países. É imperioso considerar que a partir de 1990 foram criados exames nacionais, como mecanismos para uma avaliação padronizada em larga escala. Com a promulgação da LDB 9.394/96 houve a implantação de mudanças legais que foram decisivas para o sistema nacional de avaliação, a fim de diagnosticar os problemas educacionais. Com a LDB, a proposta de avaliação externa é reafirmada em seu artigo nono:

IX - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no Ensino Fundamental, Médio e Superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino. (MEC, 1996, p.12).

Outrossim, a partir de 2005, para aferir essa qualificação do ensino público brasileiro foi dado destaque à Avaliação Nacional do Rendimento Escolar. O 42º Instituto de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC) constitui um aperfeiçoamento do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), incluindo a Prova Brasil criada também em 2005. Com a Prova Brasil, o sistema de avaliação nacional da educação básica, passa a seguir parâmetros internacionais questionáveis. Esses dados originaram a necessidade de implementação do Plano de Metas, Compromisso Todos pela Educação, Decreto n. 6.094/2007. Esse plano, no Art. 3º do Cap. II enfatiza que:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar. (MEC, 2007, p.10).

Segundo as pertinentes ideias com base nos dados obtidos nas avaliações, com ênfase no IDEB, a escola tem visibilidade dos seus resultados. Esse resultado é que caracterizará a escola como eficaz ou não. Nada obstante, não há um consenso do conceito de qualidade para a educação. As avaliações apontam os erros, mas não os soluciona ou mostram maneiras de solucioná-los.

Concomitante com a influência dos organismos financiadores da educação, o sistema de avaliação nacional assume um novo perfil, em suas operações técnicas, passando a ser chamado de (SAEB), a partir das decisões da União. Possibilitam também, que os Estados possam criar suas modalidades de avaliação, baseadas em habilidade e competências. (MEC,2007).

No ano 2000, o Brasil passa a participar do (Pisa) Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (Programme for International Student Assessment) cujo exame é realizado internacionalmente, de três em três anos, e que avalia as habilidades em Leitura, Matemática e Ciências. O Pisa é coordenado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e seu objetivo é melhorar as políticas e os resultados de desempenho educacionais. O exame avalia estudantes com 15 anos de idade.

Em referência ao cenário das avaliações em larga escala, o INAF foi criado em 2001. O INAF (Indicador de Analfabetismo Funcional) pesquisa a capacidade de leitura, escrita e cálculo da população brasileira adulta. Seu principal objetivo é oferecer informações qualificadas dos brasileiros entre 15 e 64 anos de idade. Realizado pelo Instituto Paulo Montenegro e pela ONG Ação Educativa, os resultados são distribuídos em analfabeto e alfabetismo rudimentar, básico e pleno.

Por consequência, ao analisarmos historicamente a ampliação do acesso à escola, que ocorreu nas décadas de 1990 a 2000, percebe-se a contribuição da ampliação de acesso a escolarização para que o país retirasse as pessoas da condição de analfabetismo. Mas ainda são necessárias mudanças e investimentos maciços em

educação, para a transformação do cenário nacional, como demonstra o quadro a seguir da evolução da alfabetização no país de 2001 a 2012.

Tabela Evolução do população de 15 a 64 anos (%)	Indicador de Alfabetismo Funcional						
	2001/2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009	2011-2012
Analfabeto	12	13	12	11	9	7	6
Rudimentar	27	26	26	26	25	21	21
Básico	34	36	37	38	38	47	47
Pleno	26	25	25	26	28	25	26
Analfabetos funcionais (analfabeto+rudimentar)	39	39	38	37	37	27	27
Alfabetizados funcionalmente (básico pleno)	61	61	62	63	66	73	73
BASE	2002	2002	2002	2002	2002	2002	2002

Quadro 4 – Evolução do Indicador de Alfabetismo Funcional população de 15 a 64 anos (%) 2001-2012

Fonte: INAF BRASIL 2001 a 2011, disponível em: http://www.ipm.org.br/ptbr/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx

O referido quadro evidencia a evolução do analfabetismo e suas mudanças no novo cenário de analfabetos funcionais, cujas constatações indicam a necessidade de pensar em políticas públicas para o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita, com base no pressuposto óbvio de que não são apenas decisões de ordem teórico-epistemológica ou técnica, mas, também política. Vale dizer que, resultam de escolhas centradas em julgamentos de valor dentre opções também de ordem política, nas quais “a ação governamental reflete escolhas em um quadro de conflito, não havendo, portanto, governos imparciais, pois as escolhas sempre envolverão julgamento de valor, ainda que estejam ancoradas em avaliações técnicas.” (OLIVEIRA e DUARTE, 2005, p. 12).

3 | METODOLOGIA

3.1 População

A população é formada por 12 Coordenadores Pedagógicos e 28 professores Alfabetizadores do Pacto Nacional Pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, realizada em 12 escolas de um Município Paraibano. O universo estudado compreende 100% da coordenação pedagógica do Programa e dos professores.

3.2 Tipo e Abordagem do Estudo

No desenvolvimento desta pesquisa foi utilizada a metodologia do tipo descritiva, pois segundo Sampieri et al. (2006): “os estudos descritivos, medem, avaliam ou coletam dados sobre diversos aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser pesquisado”. O modelo utilizado na pesquisa é não experimental que de acordo com Sampieri et al. (2006) é a investigação que se realiza sem manipular deliberadamente as variáveis, ou seja, trata-se da pesquisa em que não fazemos variar intencionalmente as variáveis independentes. O que fazemos na investigação não experimental é observar fenômenos tal como se produzem em seu contexto natural, para depois analisá-los.

O tipo da pesquisa foi não probabilístico, do tipo intencional. O critério para a definição da população foi o fato de sermos respectivamente formadora local do PNAIC, professores pesquisadores e conhecedores do cotidiano da escola pública e por compreendermos as vulnerabilidades do processo de formação de professores e, com esta, as inúmeras fragilidades vivenciadas nesse contexto.

3.3 Instrumentos e técnicas de coleta dos dados

A coleta de dados foi realizada a partir de alguns momentos de trabalho, que poderão ser semelhantes ou distintos no que diz respeito ao tempo determinado para cada um deles.

PRIMEIRO MOMENTO - foi desenvolvido um levantamento bibliográfico e também documentos oficiais publicados pelo Ministério da Educação, bem como materiais elaborados por universidades parceiras e ofertados para a formação continuada dos professores alfabetizadores, procurando descrever como se processa a avaliação dos professores para verificar os autores que fundamentam a pesquisa, no eixo da formação continuada pelo PNAIC.

SEGUNDO MOMENTO - foi executada observação na formação continuada do Pacto, para levantamento da condução da prática pedagógica dos docentes acompanhado pela formação do programa de uma cidade paraibana.

TERCEIRO MOMENTO - o material coletado por meio das observações foi apresentado na forma de relatório devidamente interpretado no contexto observado. Após a coleta dos dados, a partir do instrumento de observação, foram feitas as avaliações dos materiais, utilizando-se a técnica de análise qualitativa. O material coletado foi lido e agrupado conforme o tema, os objetivos e as finalidades da investigação que se pretende alcançar, buscando significado dentre as respostas das observações, explorando-se também as diferenças percebidas entre as falas.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

As observações foram realizadas durante o ano de 2017, com a sistematização através de roda de conversa em 01 de dezembro do corrente ano, na Formação do PNAIC. Diante dos itens no PNAIC 2017 vários pontos de grande relevância foram observados, um deles foi a escuta dos profissionais envolvidos no processo, uma vez que é de suma importância ouvir os personagens envolvidos no processo ensino aprendizagem.

Em relação aos planejamentos, incidências em sala de aula e retrospectivas 2017, segundo os profissionais que ministram aula no 1º, 2º e 3º ano do Ensino Fundamental, os pontos positivos foram: a seleção de conteúdos feito pela formadora local do programa, com referência nas competências do diário do ciclo de alfabetização, ação que acontece desde do ano de 2015, e que foi de fundamental importância para nortear os planejamentos de curso, bimestral e de aula, uma vez que todas as turmas estarão em consonância e garantindo as crianças os direitos de aprendizagem.

Através dos eixos de aprendizagem que estão contemplados nos conteúdos e competências, que conseqüentemente ao planejar traçarão objetivos com referência nas competências do diário de classe, tornando o ensino alinhado, o que estar se trabalhando em sala de aula realmente serão avaliados no diário, assim proporciona tanto ao docente quanto ao discente a oportunidade de verificar se o ensino aprendizagem acontece, através do sistematizando, lhes conferindo mais uma chance para o planejamento e a execução de uma prática exitosa.

Com o apoio do coordenador pedagógico do PNAIC na escola, segundo os professores se sentem seguros, prestigiados, pontuaram também que se sentem mais tranquilos com as visitas do formador e coordenador local, alegou-se que quando isso acontece, percebem que não estão sozinhos no processo ensino aprendizagem.

Outro ponto bastante relevante é a continuação do mesmo professor alfabetizar 1º ao 3º ano, proporcionado tanto ao discente quanto ao docente um ensino aprendizagem de qualidade, uma vez que o alfabetizador conhece seu aluno, propiciando assim, uma oportunidade na continuação de um trabalho mais eficaz, esse ponto já é Lei aprovada no ano de 2015 no Plano de Municipal de Educação, na meta 5.

Durante a reflexão tiveram alguns pontos negativos, afirmaram que 2017 foi um ano muito difícil, diante do fato do suporte pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, não falarem a mesma linguagem, eram muitas informações ao mesmo tempo; o atraso na entrega dos diários; ausência de apoio financeiro; as avaliações externas; entre outros. Os alfabetizadores se sentiram desvalorizados, uma vez que não se leva em consideração o contexto da realidade de cada turma e o trabalho do professor, levando em conta apenas o resultado de uma prova.

Segundo Luckesi (2002) o professor examinador tem como objetivo verificar como estão as notas dos alunos, onde as curvas estatísticas são suficientes, onde o professor avaliador valoriza o “quadro global” dos alunos, ou seja, um ato de análise e

reflexão de todo o processo de construção do conhecimento do aluno.

O ciclo de alfabetização desse Município da Paraíba tem uma política de trabalhar com formação continuada, com oficinas nos planejamentos bimestrais, não esperando apenas pelas políticas públicas nacionais, porque acredita-se, que a formação continuada, faz todo o diferencial na teoria/prática do professor, pois proporciona ao docente uma reflexão sobre seu cotidiano, que deve ser marcado pela análise diária de suas práticas pedagógicas.

Para Freire (1998) a prática pedagógica dos professores é algo que exige reflexão e compreensão do fazer pedagógico crítico e autônomo, visando à formação continuada. O referido autor ainda ressalta que, na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje e na de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, deve ser concreto e próximo da prática. “O acompanhamento feito por meio da formação continuada, tem contribuído de maneira positiva em minha sala de aula, uma vez que o mesmo me levou a pensar, refletir e mudar meus conceitos sobre o planejamento e a aprendizagem dos meus alunos”. (P1) ¹

Nos encaminhamentos para o ano de 2018, os professores pontuaram que fossem observados a quantidade de alunos por turma, com base no Plano Municipal de Educação (PME), Lei aprovada no Município desde de 2015, com o argumento que, quando a turma é numerosa, dificulta um trabalho pautado na qualidade. Como sugestão para adequar o número de alunos que está aprovado na Lei, acrescentamos uma nota técnica no PME, onde “o aluno que mora na zona rural e que na localidade tenha o ano que o discente cursa, deve ser matriculado na escola lá existente, evitando assim turmas numerosas na zona urbana”. (P2)²

Para encerrar a formação do programa do ano de 2017 foi realizada uma avaliação, onde os profissionais demonstraram alegria e satisfação em participarem de mais um ano da formação continuada, sendo classificado como ótima e reconhecendo contribuir de maneira significativa para a melhoria da sua prática enquanto professor.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que a escuta do professor é importante no processo, surge a importância da formação continuada, uma vez que, essa proporciona ao docente a oportunidade de refletir sobre sua prática pedagógica, propicia a troca de experiência, levando-o a ampliar seus horizontes e tornar as aulas mais atrativas, lúdicas e significativas, que oportunizam a pesquisa rumo a uma educação de qualidade, tendo em vista que não existe ensino sem pesquisa.

1 (P1) Professor 1

2 (P2) Professor 2

Diante da observação, percebe-se que, durante o ano letivo tiveram muitos pontos positivos, que inclusive foram elogiados pelos profissionais de educação, mas também houve alguns pontos negativos, no entanto, nos encontros de formação continuada, no acompanhamento aos professores e coordenadores pedagógicos, conta-se com o reflexo, o respeito e a união de um trabalho que vem acontecendo desde do ano de 2014, como sabemos, educação é um processo a longo prazo.

No ano de 2017, continua a nível de ciclo de alfabetização, a troca de experiências, aprimoramento de conhecimentos teóricos e metodológicos, validação das práticas pedagógicas realizadas habitualmente, proposição de atividades que possam contribuir para a melhoria da prática pedagógica e reflexão sobre o papel social do ser professor, credenciando o educador como um profissional mais dinâmico, seguro, valorizado e com metodologias renovadas, na busca por uma educação de qualidade.

Em relação as sugestões para a melhoria do ensino aprendizagem no ano de 2018, foi criado e acrescentado a nota técnica no fórum de avaliação do Plano Municipal de Educação – PME (“o aluno que mora na zona rural e que na localidade tenha o ano que o discente cursa, deve ser matriculado na escola lá existente, evitando assim turmas numerosas na zona urbana”) que se realizou em dezembro de 2017 no Município pesquisado, porque os alunos da zona rural procuram as escolas urbanas e esvaziavam as escolas rurais. A sugestão dos professores foi enviada para a Secretária Municipal de Educação, através do relatório anual, encaminhado pelas formadoras locais e coordenadora local do PNAIC.

Esta pesquisa permitiu observar e constatar que a formação continuada é um subsidio de suma relevância para a prática pedagógica do professor, pois além de vários benefícios aqui já elencados, propiciou no termino do ano letivo uma escuta aos profissionais da educação, reservando quatro horas para ouvi-los, apoiá-los e encaminhar suas angústias aos setores competentes, possibilitando assim, um maior envolvimento dos personagens que faz parte do mundo educacional, ação essa que, torna explicito que todos os envolvidos no processo faz parte do ensino aprendizagem, só assim com o envolvimento de todos, teremos a tal sonhada educação de qualidade para os brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASÍLIA: INEP, 2007. Disponível em: Acesso em: www.inep.gov.br/web/guest/home, 10 out. 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).

_____. **Pedagogia do Oprimido**.30.ed. Rio de Janeiro:Paz e Terra, 2001;

INAF BRASIL 2011 a 2011, **Indicador de Analfabetismo Funcional**, disponível em: http://www.ipm.org.br/ptbr/programas/inaf/relatoriosinafbrasil/Paginas/inaf2011_2012.aspx

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2002;

MEC. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa**. Cadernos de Formação. Brasília: MeC/seB, 2012;

OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Marisa. R. T. (orgs). **Política e Trabalho na Escola: administração dos sistemas públicos de educação básica**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ROSA. Karine Seidel da. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: **Repercussões da Provinha Brasil**. Frederico Westphalen, RS 2014;

SAMPIERI, R. H. et al. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-305-7

